**PROCESSO**: **n º** 2000-020815/2016

**INTERESSADO:** SESAU- COORDENADORIA SETORIAL DA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.

**Assunto:** CONTRATAÇÃO

**Detalhes:** Sol. COM URGÊNCIA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-020815/2016, em 01 (um) volume, com 55 (cinquenta e cinco) fls., que versa sobre os serviços de desinsetização, descupinação e desratização, através da empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10) para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido, a solicitação de pagamento está orçada em **R$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).**

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

**1 – COTAÇÃO DE PREÇO -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 15/18, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam:**

1. **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10);
2. GOV DE MELO - ME (CNPJ: Nº 07.307.573/0001-01) e
3. SANI HOUSE (CNPJ: Nº 03.989.180/0001-74);

Em todos os processos, observa-se, ainda, que foi sagrada vencedora a Empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME**, fl. 21. Tais fatos revelam a inconcebível falta de atenção para com outros fornecedores, desta forma extingue uma maior oportunidade de concorrência, e comete a falta de transparência do processo.

**2– FALTA DA APRESENTAÇÃO DAS CND´s VÁLIDAS ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se documento intitulado C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela técnica da SESAU, Luci Francisca dos Santos, onde informa que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, sem no entanto, apensá-los aos autos. Observa-se, ainda, despacho de lavra de servidora que responde pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira Pedroza, onde conclui que a melhor oferta para o erário foi da empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10), que se encontra em situação de IDONEIDADE FISCAL REGULAR, com base no CRC emitido, sem apensar as CND´s. (fls.22/23). Observa-se atualização do documento C.R.C – Certificado de Registro Cadastral, assinado pela técnica Luci Francisca dos Santos, informando que os Certificados de Regularidade Fiscal e Trabalhista estão válidos, ainda sem apensá-los aos autos, (fl. 27).

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para a pagamento, datada de 20/12/2016, emitida pela gestora da SESAU a época, (fls. 25).

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE22265**), às fls. 29, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, **“*o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”*.**

**5- DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL SERVIÇO** – As folhas 38 dos autos apresenta-se a Empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10), apresenta a NFS-e nº 132, datada em 26/01/2017, no valor de R$7.980,00, atestada pela Administração Predial, Moema Gomes dos Santos.

**6 – FRACIONAMENTO DE DESPESA -** Com base em relatório do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, observou-se que a empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10) recebeu do Estado de Alagoas em 2016, através da SESAU, o montante de R$ 69.837,00, distribuídos em 12 ordens bancárias dentre as quais possuem o valor abaixo do limite de dispensa de licitação em razão do valor (R$ 8.000,00).

**7 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos nas (fls. 33/37) consta as Certidões de Regularidade da Empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10, vencidas

**8 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Verifica-se às fls. 43, informando sobre a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**9 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alerte-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante do exposto nos autos, observa-se que a liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.

**II - CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Ainda em atendimento à determinação da PGE, a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**

**III - DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válidas sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**IV - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**V - DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências nos itens I a V, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da divida à empresa **TERLIZ RODRIGUES DE MORAIS DEDETIZAÇÃO EIRELI-ME.** (CNPJ 21.162.634/0001-10, mediante publicação do ato, conforme art.48,§ 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 25 de outubro de 2017.

Márcia Soares Costa Correia

**Assessora de Controle Interno/ Matrícula nº 101-5**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**